



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20090-030*

*Tel.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*[www.iabnacional.org.br](http://www.iabnacional.org.br)*

*[iab@iabnacional.org.br](mailto:iab@iabnacional.org.br)*

**ATA DA 32ª (TRIGÉSSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA GESTÃO 2020/2022 DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, REALIZADA AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021(DOIS MIL E VINTE E UM) DE FORMA VIRTUAL NA PLATAFORMAZOOM.**

Às dezoito horas do dia vinte e um de abril de dois mil e vinte e um, sob a presidência da Doutora Rita de Cássia Sant'Anna Cortez, presidente do IAB Nacional, foi iniciada a 32ª Sessão Plenária Virtual do Instituto dos Advogados Brasileiros; integrando a mesa diretiva dos trabalhos, a senhora Secretária Geral, Doutora Adriana Brasil Guimarães, e o Diretor de Apoio às Comissões, Doutor Adilson Rodrigues Pires, responsável pela lavratura da presente ata. A presidente da sessão abriu os trabalhos prestando homenagem aos povos indígenas e, em seguida, anunciou que foi deferido o ingresso do IAB como amicus curiae nas ADPFs 797, 799 e 815, faltando ajuizar o requerimento na ADI da ABI. Em seguida, falou da Revista Digital que os membros do IAB receberam por newsletter, elogiando a capa em que figura a doutora Ester Kosowski e o trabalho de arte. Fez elogios, também, às doutoras Katia Tavares e Marcia Dinis, pela condução daquele trabalho. A presidente da sessão anunciou que a mesma seria secretariada pelo Doutor Adilson e, a seguir, passou a palavra à Doutora Adriana Guimarães, que anunciou as instruções para a sessão e falou que a primeira indicação foi retirada de pauta a pedido do indicante, passando para a próxima sessão. Assim, a presidente Rita Cortez convocou o Doutor Thiago Nolasco para a apresentação de uma indicação sobre o Projeto de Lei 744/2021, que altera as Leis 8137/1990, 7492/1986 e 1521/1951 para alterar a tipificação penal do crime de pirâmide financeira. O doutor Thiago Nolasco disse que a legislação carece de efetividade. Disse também que já tem vários crimes contra a economia popular, mas eles não abarcam a pirâmide usando a internet. Apesar de justificar, não traz à baila números nem estudos. Falou também sobre as notícias jornalísticas que chamam a atenção e que, certamente, despertaram a atenção do deputado. Receia o doutor Thiago Nolasco que o Direito Penal esteja sendo usado menos para a defesa da sociedade, do que pelo



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20090-030*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*[www.iabnacional.org.br](http://www.iabnacional.org.br)*

*[iabnacional.org.br](http://iabnacional.org.br)*

sensacionalismo. Sem manifestações contrárias, a indicação foi aprovada por maioria absoluta e será encaminhada à Comissão de Direito Penal para parecer. A seguir, a presidente fez uma inversão de pauta e convocou o Doutor Jorge Folena para apresentar o parecer na indicação 026/2021. A presidente Rita destacou que seria uma indicação da presidência. Falou da urgência, porque o Projeto de Lei está pronto para ser discutido e votado. O doutor Folena iniciou sua fala destacando que a questão é relevante; é imoral porque não há vacinas suficientes no Brasil e no mundo. Continuou dizendo que os países ricos ficaram com grande quantidade e os pobres ficaram sem vacina e que isso não justifica a aprovação do senador Rodrigo Pacheco a sanção do Projeto de Lei pelo Presidente da República. Falou também o doutor Folena sobre a inconstitucionalidade do art. 2º, da lei 14.125/2021 e seu parágrafo primeiro como uma série de irresponsabilidades e que não há justificativa para o parlamento e o Presidente da República renunciarem a um dever constitucional descrito no artigo 196: "a saúde é ... e dever do Estado...". Falou do julgamento da ADPF 770 pelo Ministro Ricardo Lewandowski, de que é obrigação do Estado dar concreção. Também falou que não é dever de entidades e afins comprarem e destinarem as vacinas para quem eles quiserem, mas sim do Estado. Justificou tal assertiva o doutor Folena dizendo que os ricos podem comprar, mas os mais pobres, não. Por isso, é o Estado que tem que comprar. Isso evita a lamentável distinção de classes. Sustentou que o § 1º é inconstitucional. Até há a possibilidade de venderem. Disse o doutor Folena que, desta forma, não razoável, nem mesmo ético. Sugeriu o envio do parecer aos presidentes da República, Câmara, Senado, STF e Conselho Federal da OAB; Procurador Geral da República, líderes dos partidos e da Maioria e Minoria na Câmara. O doutor Marcos Luiz se inscreveu para falar que a OAB criou observatório da Covid e convidou a Fiocruz. Chamou a atenção para duas coisas: "a vacina vai ser boa para os brasileiros" e "a reforma trabalhista vai ser boa para o trabalhador que poderão ser mais empregados". Isso serve, segundo ele, de brecha para o particular se vacinar. Além disso, qualquer Pessoa Jurídica de Direito Privado poderia comprar. O doutor Márcio Klang



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20090-030*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*[www.iabnacional.org.br](http://www.iabnacional.org.br)*

*[iabnacional.org.br](http://iabnacional.org.br)*

pediu a palavra para dizer que concorda com o parecer que lembrava do Titanic, em que os pobres ficaram presos para que os ricos pudessem ter prioridade no salvamento. A seguir, falou o doutor César Britto, que disse que o pressuposto do parecer é que não há vacinas no Brasil nem no mundo. Então, temos que aplicar princípios da proteção da dignidade e valorização dos direitos humanos. Destacou que importante é a suspensão de patentes. O doutor Joelson apoiou a proposta de suspender a patente da vacina e disse que o governo não se antecipou, não se planejou, mas que isso não justifica que os particulares possam concorrer com o Estado. O doutor Sérgio Sant'Anna pediu a palavra para dizer que o parecer foi aprovado na Comissão de Direito Constitucional por unanimidade e que o que nós estamos passando hoje é consequência da falta de liderança, da capacidade de estadista no ano passado. Colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi convocada a doutora Leila Bittencourt, para apresentar o parecer na indicação 074/2019, sobre a PEC nº 186/2019. O doutor Carlos Schlesinger sugeriu que a matéria fosse para a Comissão de Direitos Humanos, mas o parecer foi elaborado antes da aprovação. A doutora Leila Bittencour esclareceu que iria falar sobre a PEC mesmo ela já tendo sido convertida em lei. Disse a doutora Leila que a PEC não foi discutida em dois turnos nas Casas do Congresso, que é uma garantia de estabilidade da Constituição Federal. Disse a relatora que houve a alteração, de um estado social para um estado mínimo e que está havendo um desmantelamento do Estado brasileiro, pois aquela PEC não poderia ter sido feita, senão, por uma assembleia constituinte. A PEC cuida de assuntos variados e não traz benefícios à população, mas somente a certas categorias, como os militares. O doutor Folena pediu a palavra para dizer que haviam dois temas ali para se debater. O primeiro é que estão fazendo uma nova Constituição e que o STF terá que enfrentar a situação, pois aquilo é um atentado ao artigo 60 da Carta Magna. E o segundo é que matérias que não são de ordem constitucional estão sendo levadas para dentro da Constituição. Disse o doutor Folena que mais e mais grupos distanciados do interesse social chegaram ao parlamento e estão votando matérias de interesse



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20090-030*

*Tel.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*[www.iabnacional.org.br](http://www.iabnacional.org.br)*

*[iabnacional.org.br](http://iabnacional.org.br)*

privado e não social. O doutor Miro Teixeira parabenizou a relatora e disse que o trabalho deve ser distribuído, porque a questão não acaba ali. As emendas alteram 100 dispositivos da Constituição Federal e isso não tem a higidez de uma reforma constitucional. Sobre a questão da votação em dois turnos, o doutor Miro esclareceu que a Constituição não define o intervalo entre eles e que já houve casos em que propostas foram aprovadas em dois turnos no mesmo dia. O doutor Sérgio Sant'Anna pediu a palavra e, de início, parabenizou a doutora Leila pelo trabalho, dizendo que já havia apresentado três indicações sobre o assunto. A palavra voltou à doutora Leila Bittencourt, que disse que o que está sendo feito no Estado brasileiro é uma modificação da tônica, da estrutura da Constituição Federal e que, a continuar assim, poderemos não ter mais Constituição. Disse também que estão fazendo com que a nossa Constituição retroaja e que nós precisamos evitar isso. O parecer foi aprovado por unanimidade. A seguir, a presidente Rita Cortez pediu para a doutora Leila Bittencourt apresentar o parecer na indicação 016/2021. A doutora Leila começou sua apresentação explicando que o parecer era sobre integrantes de um grupo de trabalho que pretende regular o PNDH-3 e que tal comissão é presidida por um militar. Disse a relatora que o plano é fruto de um longo debate, que envolveu 14 mil pessoas. Falou que o Brasil participou da Reunião de 1993 sobre Direitos Humanos e que temos vários planos sobre a matéria muito eficientes. Assim, a decisão sobre Direitos Humanos não pode ser discutida por poucas pessoas, sem especialidade no assunto. Terminou sua apresentação com a esperança de que a Ministra revogue a portaria. A doutora Tânia Albuquerque pediu a palavra para dizer que já existe uma ADPF do Partido Comunista e que duas entidades ingressaram como amicus curiae. Sugeriu que o IAB também ingresse. O Ministério Público também entrou com pedido de esclarecimento. O doutor Marcos Luiz falou que o desmonte dos Direitos Humanos não é uma coisa isolada. O doutor Sérgio Sant'Anna destacou que isso faz parte de uma política maior de governo e que a matéria é de suma importância, pois a sociedade está sendo excluída dos debates nacionais. Terminou parabenizando a relatora e concordando plenamente com o parecer, falando que



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20090-030*

*Tel.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*[www.iabnacional.org.br](http://www.iabnacional.org.br)*

*[iabnacional.org.br](http://iabnacional.org.br)*

sua tese de doutorado foi sobre o Mercosul e a Unasul e que todos os governos anteriores, de uma forma ou de outra, trataram de temas multilaterais sobre vários temas, mas que hoje as relações exteriores estão retrocedendo nas relações externas. O doutor Folena pediu a palavra para dizer o quão mal está fazendo ao país a ideia de militarização. Disse também que militar pode participar; que interesse nacional deve ficar em primeiro lugar e a democracia fica em segundo plano; que isto é falso e é inaceitável o que estão fazendo no Brasil. O doutor Carlos Schlesinger disse ter pouco a acrescentar, mas que o parecer nasceu de um pequeno recorte de jornal. A presidente Rita Cortez perguntou se o doutor Carlos Schlesinger, pode fazer o pedido de ingresso do IAB como amicus curiae. O parecer foi aprovado e o ingresso do IAB como amigo da corte também, sendo que o doutor João Theotônio acompanhará o processo, mas a responsabilidade é da Comissão de Direitos Humanos. Após a apresentação dos pareceres, a presidente do IAB esclareceu a apresentação da indicação sobre a "quebra" de patentes, que sugeriu ser informada pelas comissões de Direito Administrativo e de Propriedade Intelectual. Passou-se a seguir para a solenidade de posse do Representante Estadual do Sergipe, doutor Sandro Mezzarano Fonseca. O doutor Inácio Krauss foi convidado a integrar a mesa como convidado de honra. O doutor Cezar Britto disse que a ideia da representação em Sergipe surgiu numa ida a Niterói para uma palestra. Em Sergipe, contou, ele conversou com vários colegas e o nome do doutor Sandro surgiu como consenso. O doutor Inácio Krauss falou que estava muito honrado de falar de um sergipano renomado, honrado e ético e parabenizou a presidente pela indicação e o novo empossado. O doutor Henri Clay cumprimentou a todos, especialmente o doutor Sandro, que foi tesoureiro por três vezes, presidente do tribunal de ética do Estado de Sergipe e cumpriu outras funções. Assim, o estado está muito bem representado. Terminou parabenizando o empossado e o Instituto. O doutor Folena destacou a disposição da doutora Rita em ter representações em todos os Estados e que só faltam quatro. Aproveitou a ocasião para cumprimentar os demais representantes presentes. O doutor Sandro Mezzarano cumprimentou a presidente e a mesa diretora. A seguir, disse



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20090-030*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*[www.iabnacional.org.br](http://www.iabnacional.org.br)*

*[iabnacional.org.br](http://iabnacional.org.br)*

esperar levar mais sergipanos para o Instituto, agradeceu a confiança e disse que teremos grandes realizações este ano. A seguir, foram apresentadas as propostas de votação, dos doutores Flavio Jaime de Moraes Jardim Filho e Taís Loureiro Santos, ambos como membros efetivos, que foram aprovados. Os eventos da semana foram lidos pelo doutor Adilson e, após isso, a presidente deu por encerrada a sessão plenária às 20:20h, cuja ata foi lavrada por mim, Adilson Rodrigues Pires, Diretor de Apoio às Comissões.

**Rita de Cássia Sant'Anna Cortez**  
**Presidente do IAB Nacional**

**Adilson Rodrigues Pires**  
**Diretor de Apoio às Comissões e secretário da Sessão**